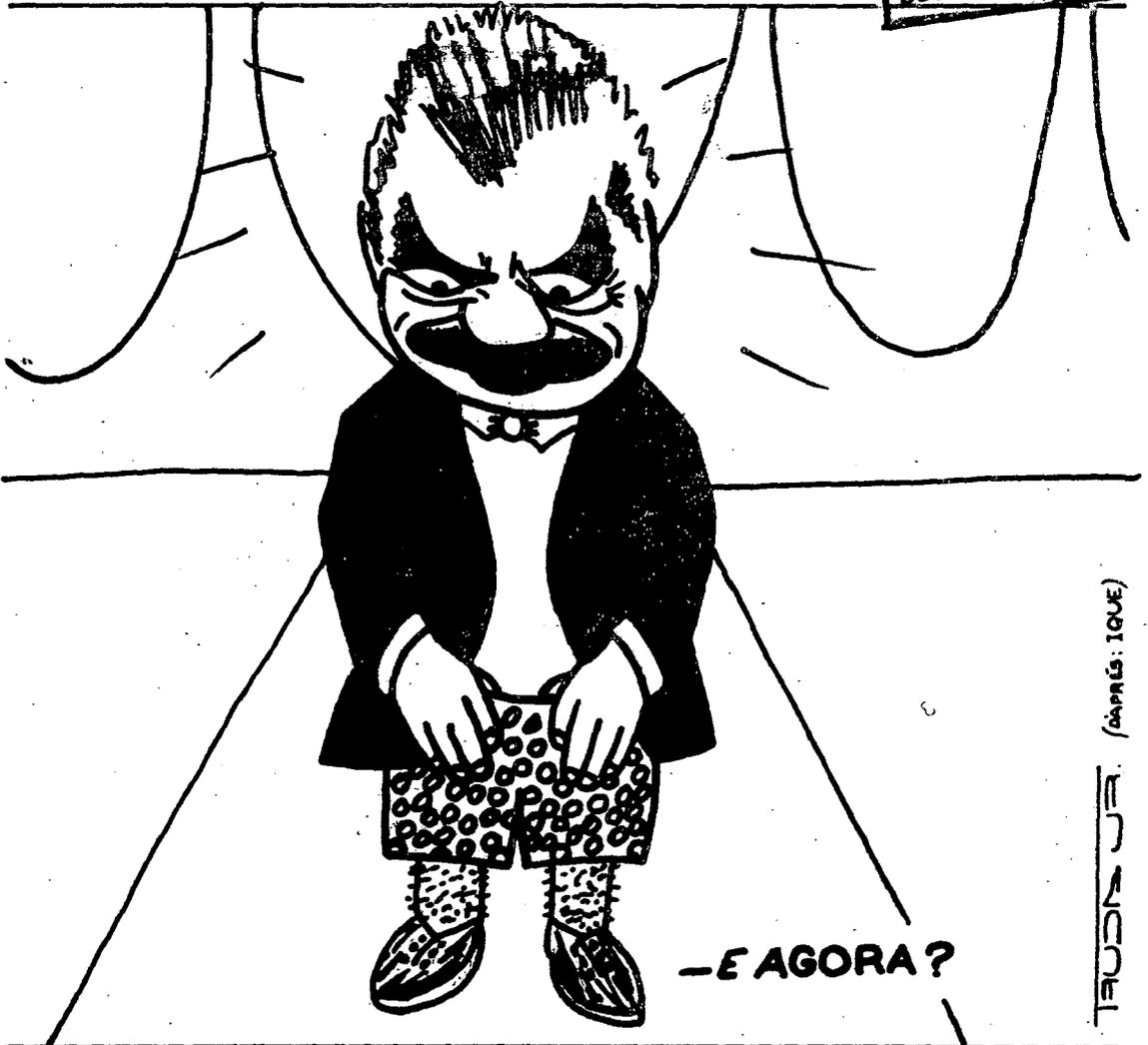
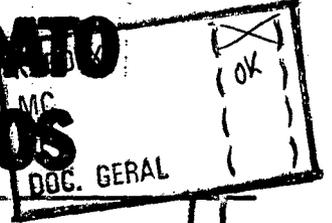


Aconteceu

**COMISSÃO REDUZ MANDATO
DE SARNEY PARA 4 ANOS**



(CAPRÃO: IQUE)

TEODORA

**COMISSÃO REJETTA ANISTIA
PARA MILITARES CASSADOS**

Aconteceu

nº 434

novembro/1987

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha

Ary da Costa Pinto

Carlos Alberto Correia da
Cunha

Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins

Henrique Pereira Junior

Jether Pereira Ramalho
(coordenador)

Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Marcus Vinicius Grod Borges

Neide Estarci

Sérgio Alli

Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte

ARTE GRAPHICA

Praça Floriano, 55/602

Rio de Janeiro - RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

4 ANOS PARA SARNEY

Por 48 votos a 45, a Comissão de Sistematização deu quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, propostos em emenda do deputado Jorge Iage (PMDB-BA). O texto do relator Bernardo Cabral previa seis anos. As galerias e o plenário comemoraram, cantando o Hino Nacional entre abraços, beijos, choros e muita festa, o resultado da mais longa votação da comissão, que durou 4 horas. Decidiu-se que o parlamentarismo, aprovado há algumas semanas na comissão, deverá entrar em vigor no dia 15 de março de 1988. Segundo a emenda aprovada, "o mandato do atual presidente da República terminará no dia 15 de março de 1989". O substitutivo aprovado na sistematização não fixa datas para os dois turnos das eleições diretas, mas estabelece que a escolha do presidente deverá estar concluída até 90 dias antes de sua posse. Ou seja, até 15 de dezembro de 1988. Essa é, portanto, a data limite para a realização do segundo turno. O primeiro ocorrerá cerca de 45 dias antes - isto é, no início de novembro -, em data a ser marcada pela Justiça Eleitoral, já que o substitutivo determina que o segundo turno será realizado trinta dias depois da proclamação dos resultados do primeiro. Desde cedo que os adeptos dos quatro anos ostentavam em plenário fitas verde-amarelas no peito. O clima para que o assunto fosse decidido sem permitir qualquer manobra que pudesse adiar a votação começou a crescer quando foi aprovada, por unanimidade dos votantes - 92 dos 93 integrantes da comissão -, a retirada do artigo que marcava eleição para o próximo presidente em 15 de novembro de 1990. A emenda foi do deputado Thomaz Nonô (PFL-AL), que votou nos cinco anos. O ausente era o deputado Siqueira Campos, que comemorava nas galerias a aprovação da criação do estado de Tocantins, a ser demembrado de Goiás. (JB - 16/11/87)

PARLAMENTARISMO NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO ATÉ 1993

Se o plenário da Constituinte confirmar as decisões da Comissão de Sistematização, o parlamentarismo será implantado no país em 15 de março de 1988 e durante cinco anos - até 1993 - não será possível modificar esse sistema de governo. A determinação, que constava do substitutivo do relator Bernardo Cabral, foi mantida sem que os presidencialistas sequer tentassem retirá-lo. Somente uma emenda do deputado Carlos Cardinal (PDT-RS) previa a retirada da expressão que proibia a modificação do sistema de governo em cinco anos, mas foi derrotada por 64 votos contra 26 e duas abstenções. A única tentativa de fazer com que o novo sistema de governo só entrasse em vigor a partir da posse do novo presidente - em 15 de março de 1989, segundo aprovou a Comissão logo em seguida - era do deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) e teve pedido para ser votada feito pelo deputado Arnaldo Pires (PFL-RS). No entanto, como a tendência da Comissão era parlamentarista, já que esse sistema de governo ganhou por 57 votos contra 36, os presidencialistas concluíram que não havia chance de ver essa emenda aprovada, particularmente porque também determinava que o parlamentarismo não seria aplicado aos estados, territórios e Distrito Federal. Assim, o deputado Arnaldo Prieto retirou o pedido de votação. O deputado Carlos Cardinal manteve sua proposta, mas não conseguiu aprová-la.

Presidente indica - O presidente José Sarney deverá indicar o nome do primeiro-ministro que inaugurará o sistema parlamentarista de governo no dia 15 de março do ano que vem, após consulta aos partidos que compõem a maioria na Câmara - no caso, ao PMDB. O primeiro-ministro indicará, então, os nomes dos demais ministros e num prazo de dez dias - ou seja, até 25 de março - comparecerá à Câmara dos Deputados para submeter a sua aprovação o programa de governo. No prazo máximo de dez

dias, a Câmara deverá votar o programa de governo. Aprovado, o primeiro-ministro tomará posse por volta de 5 de abril. Só poderá ser derrubado por um voto de censura da Câmara seis meses depois da posse. Se o programa de governo for rejeitado, o presidente indicará outro nome para o cargo de primeiro-ministro, que igualmente terá de se submeter à votação da confiança da Câmara. Se houver nova rejeição, a Câmara então elegerá o primeiro-ministro.

Sistema de co-responsabilidades

O sistema parlamentarista aprovado pela Comissão de Sistematização é um regime de co-responsabilidades, em que o Legislativo é o terceiro vértice de sustentação do Poder, capaz de derrubar o Ministério, incluindo o primeiro-ministro, ao mesmo tempo em que a Câmara pode ser dissolvida pelo presidente da República. São as seguintes as principais normas do modelo votado.

. O presidente da República será eleito pelo voto secreto e direto da população em dois turnos, entre o início de novembro e 15 de dezembro de 1988, para um mandato de cinco anos, vedada a reeleição. Além de chefe de Estado, é o comandante supremo das Forças Armadas. Desde a data da posse, não pode estar filiado ou vinculado a qualquer partido político.

. Ao presidente cabe nomear e demitir o primeiro-ministro e, por proposta deste, os ministros de Estado.

. Compete ao presidente convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, dissolver, ouvido o Conselho da República, a Câmara e convocar eleições extraordinárias.

. O presidente é que convoca e preside o Conselho da República e indica dois de seus membros. É ele também que convoca e preside o Conselho de Defesa Nacional.

Conselho da República

É o órgão superior de consulta do presidente da República, e é composto, além de

le, pelos presidentes da Câmara e do Senado, pelo primeiro-ministro, líderes da maioria e da minoria na Câmara, ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros.

. Ao Conselho compete pronunciar-se sobre: dissolução da Câmara, nomeação e demissão do primeiro-ministro, realização de referendo, intervenção federal nos estados e questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

Conselho de Defesa Nacional

É o órgão de consulta do presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático. Opina sobre declarações de guerra e celebração da paz, sobre a decretação de estado de defesa, de sítio e intervenção federal nos estados. A lei regulará sua organização e funcionamento.

O Governo

É formado pelo Conselho de Ministros composto do primeiro-ministro e titulares dos ministérios. Goza da confiança da Câmara.

. Nomeado o primeiro-ministro e, por sua indicação, os demais, a ele compete apresentar ao Congresso Nacional seu programa de governo. A Câmara deve, então, num prazo de dez dias, rejeitá-lo ou aprová-lo.

. Em caso de rejeição, o presidente da República nomeia novo primeiro-ministro. Se pela segunda vez a Câmara decidir rejeitar seu programa, aos deputados cabe eleger o primeiro-ministro. Se em dez dias a Câmara não conseguir, por maioria absoluta, elegê-lo, o presidente da República pode dissolver a Câmara. Uma vez empossado, o primeiro-ministro só pode sofrer moção de censura da Câmara após seis meses.

O primeiro-ministro

Exerce a direção superior da administração federal; elabora o programa de governo, indica o ministério e solicita sua exoneração. Ao primeiro-ministro compete promover a unidade da ação governamental

e elaborar planos nacionais e regionais, submetendo-os ao Congresso.

O primeiro-ministro envia ao Congresso planos de investimentos e propostas de orçamentos, presta contas anualmente. A ele compete prover e extinguir os cargos públicos federais. Pode convocar e presidir o Conselho de Ministros e acumular qualquer ministério. Integra o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. Deve comparecer mensalmente ao Congresso Nacional para apresentar relatório sobre a execução do programa de governo. (JB - 16/11/87)

PRESIDENTE PERDEU APOIO MILITAR, AVALIA PMDB

Vinte e quatro horas depois da tensa conversa Sarney-Ulysses, o PMDB não sarneyzista já respirava desfôgo e fazia a seguinte avaliação: o presidente não tem condições de endurecer o jogo contra o Congresso constituinte porque "perdeu o apoio do dispositivo militar", conforme a avaliação que a **Folha** obteve ontem junto às principais lideranças partidárias. A segurança dos peemedebistas pró-quatro anos quanto ao respaldo da cúpula militar para a eleição em 88 refletiu-se ontem na votação sobre a anistia aos militares: o partido fechou com a proposta dos ministros militares e seus líderes receberam vaias das galerias. "As vaias foram o preço que tivemos que pagar", admitia francamente o deputado Néelson Jobim (PMDB-RS). A avaliação dos peemedebistas coincide com as informações que a **Folha** obteve junto à cúpula militar. Coincide, por exemplo, com a informação de que foram os ministros militares, reunidos anteontem à noite com Sarney, que suavizaram a reação presidencial à votação do mandato. E é provavelmente por isso que, ontem, os sinais emitidos pelo Palácio do Planalto eram na direção de aceitar o que viesse do Congresso constituinte. "Constituinte é Constituinte, governo é governo". O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, também jogou a toalha no rin-

que: disse, ontem pela manhã, ao senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que já não vai mais trabalhar pelos cinco anos no plenário do Congresso constituinte. Mais tarde, foi além: "Reverter o plenário até é possível. Mas não se pode é reverter a rua. E a rua já está na campanha presidencial". Só mesmo xiitas do "sarneyzismo", como Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ainda insistiam: "Se o presidente quiser, reverte o quadro. Vamos ver o 'Diário Oficial' de amanhã (hoje)", em alusão às possíveis retaliações do governo contra os "quatroanistas". Por tudo isso, o clima geral que se respirava ontem em Brasília era retratado em uma só frase pelo deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE): "O governo parece ter chegado à conclusão de que o estupro é inevitável e agora vai relaxar e gozar". (FSP - 17/11/87)

PLENÁRIO SÓ COMEÇA VOTAÇÃO APÓS ACORDO SOBRE REGIMENTO

Os trabalhos do plenário do Congresso constituinte poderão ter início terça-feira, caso as lideranças partidárias cheguem a um acordo e consigam aprovar a mudança no Regimento Interno, na segunda-feira. Neste dia, o presidente interino do Congresso constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), vai colocar em votação a proposta de mudança, feita pelo "Centrão" (grupo suprapartidário que reúne os parlamentares contrários). Mauro Benevides disse ontem, após a reunião com as lideranças na Constituinte, que espera um acordo entre elas para que a votação da mudança do regimento não atrase demais o começo dos trabalhos do plenário. Mauro Benevides disse que a redação final do texto aprovado pela Comissão de Sistematização estará pronto amanhã. Na quinta-feira o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) deverá entregar o projeto de Constituição à Mesa do Congresso constituinte. Na sexta e no sábado o projeto será impresso e, no domingo e segunda, distribuído. A es-

querda pretende propor emendas para mudança no papel constitucional das Forças Armadas, liberdade de organização sindical, imissão imediata da posse de terra no caso de desapropriação para fins de reforma agrária e democratização das comunicações. O "Centraão" pretende o contrário: manter o papel das Forças Armadas e o estado de defesa, modificar o conceito de empresa nacional e promover mudanças nos capítulos da ordem econômica e social. (FSP - 17/11/87)

CONSTITUINTE: AVANÇOS E AMEAÇAS Nossos Constituintes Vão Votar

Apesar de toda a nossa discordância quanto à convocação da Constituinte Congresso; **apesar** das circunstâncias pelo abuso do poder econômico em que a discussão da constituinte foi esmagada pelas campanhas a governadores do estado; **apesar** dos resultados majoritariamente conservadores das eleições dos congressistas constituintes, **não desistimos**. Buscamos sempre participar, propor, influir, pressionar, resistir. **Conquistamos** espaços no Regimento Interno da ANC. **Formulamos** nossas emendas, fomos às ruas, coletando milhares de assinaturas, trabalhamos sério junto aos constituintes nossas propostas. Na Comissão de Sistematização, pequenos mas significativos sinais de demonstração de sensibilidade para com a vontade popular se expressam através das votações. **No entanto, setores** dos poderes constituídos no País dos militares, do capital externo e do empresariado nacional, reagem duramente ao ímpeto da Constituinte de assumir seu papel histórico e propor algumas mudanças, mesmo que limitadas. **Há uma via lenta intolerância** contra qualquer avanço. Ninguém quer ceder em privilégios. Grande parte da Imprensa Nacional coloca-se a serviço dessa ira e inconformismo, desencadeando solene campanha de desmoralização da Constituinte, confundindo ainda mais o povo já descrente e desesperançado. **Temos que continuar reagindo**. O primeiro passo é nos informar e passar a

informação. Corretamente. Que avanços são esses obtidos na Comissão de Sistematização que atendem a algumas de nossas reivindicações? Que derrotas já sofremos? Quais as perspectivas? Como contribuir para que internamente a Constituinte não perca sua soberania, nem se atrele a esquemas de trabalho que permitam a prática do rolo compressor?

Painel de Avaliação do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Será realizado sexta-feira, dia 20 de novembro, das 18h às 22h. Local: Centro Cultural do Brasil - Av. Pres. Wilson, 231 - 1º andar - Castelo.

Promoção: Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte-RJ - 222.9832

ACOMPANHAMENTO DAS VOTAÇÕES NA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Triste notícia para o movimento popular: no dia 29/10/87, foi derrotada a seguinte proposta do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que facilitaria a participação da sociedade civil no processo legislativo, democratizando o poder: A que assegurava iniciativa popular de lei subscrita por setenta mil eleitores. Esta emenda popular ficou prejudicada, pois os que contra ela votaram, não conseguiram o quorum mínimo (47) para rejeitá-la. Prevalece a solução Cabral, que exige para a iniciativa popular 0,3 por cento do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos cinco Estados, com menos de 0,1 dos eleitores de cada Estado.

Parlamentares contra: Alfredo Campos, Artur da Tavola, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildasio de Senha, Michel Temer Afonso Arinos, Alceni Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocencio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luiz Eduardo, Marcondes Gadelha, Mario Assad, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jona

Pinheiro, José Tinoco, Gilson Machado, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Tavora, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Jamil Haddad.

Parlamentares ausentes: Almir Gabriel, Bernardo Cabral, Carlos Santana, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, José Geraldo, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Prisco Viana, Renato Viana, Severo Gomes, Wilson Martins, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Christovam Chiaradia, Edme Tavares, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Santana de Vasconcelos, José Thomaz Nono, Oscar Correa, Paulo Pimentel, Gastone Righi, Luis Ignacio Lula da Silva, Siqueira Campos, Antonio Farias.

Resultado: SIM - 39

Não - 44

(INESC - 30/10/87)

Trabalhadores Rurais

PASSEATAS DE SEM-TERRA EM RECIFE

Em Recife, com faixas e cartazes em que o presidente Sarney era chamado de "grileiro" e de "serviçal da UDR", cerca de 5 mil trabalhadores rurais pernambucanos percorreram ontem em passeata as ruas centrais desta capital, condenando o Decreto-Lei 2.363 - que extinguiu o Incra e mudou as regras da reforma agrária -, numa manifestação que marca o rompimento da organização sindical dos camponeses pernambucanos com o governo que apoiaram desde o lançamento da candidatura de Tancredo Neves. A passeata reuniu trabalhadores vindos de todos os municípios do Estado. O trânsito no Centro da cidade ficou totalmente tumultuado. "Brasileiros e brasileiras: Sarney é um traidor", dizia uma das faixas. Além de cartazes de mão - "Reforma agrária no campo, não nos palanques" -, os trabalhadores traziam caixões simbolizando as crianças mortas de fome por conta da "injusta distribuição da terra". Da manifestação participaram também

200 funcionários do Incra, que criticavam o governo pela extinção do Instituto. - O presidente Sarney, ao assinar o famigerado decreto, resolveu tirar a máscara, desnudar-se por inteiro e assumir de vez sua posição contrária aos interesses da classe trabalhadora - disse o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetape), José Rodrigues da Silva, no discurso de cinco laudas que pronunciou na assembléia. Segundo José Rodrigues, o Decreto 2.363 é um retrocesso inaceitável na luta da sociedade pela reforma agrária. "Ele nega a função social da propriedade rural ao limitar em 500 hectares a terra que pode ser desapropriada", explicou. Deputados de todos os partidos pronunciaram-se apoiando a manifestação. Depois do ato na assembléia, a passeata seguiu para o Palácio do Governo, onde os manifestantes entregaram um documento ao governador em exercício, Carlos Wilson Campos, pedindo seu apoio na luta pela revocação do decreto. A seguir, houve uma concentração na Praça da Independência, no Centro da cidade. Durante a manifestação, os camponeses distribuíram milhares de panfletos através dos quais pediam o apoio da população à sua luta. (JB - 12/11/87)

PARANÁ VAI USAR POLÍCIA CONTRA OS SEM TERRA

O secretário de Segurança do Paraná, Antonio Lopes de Noronha, disse que os organismos de informações da polícia do estado detectaram uma invasão de "centenas e centenas" de famílias de trabalhadores sem terra de Santa Catarina, programada para ocorrer no próximo dia 20, no sudoeste do Paraná. De acordo com o secretário, os catarinenses estão orientados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Santa Catarina, apoiado pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Antonio Lopes de Noronha afirmou que o governo do Paraná vai enviar um grande contingente de tropas da Polícia Militar para a região. No dia 20, a fronteira estará fechada para caminhões

e ônibus com famílias de agricultores. "Vamos impedir a travessia de um estado para outro, principalmente de grupos de catarinenses para o Paraná", afirmou o secretário. O Movimento dos Sem-Terra do Paraná considerou a denúncia do secretário de Segurança como "balão de ensaio" ou uma forma de justificar uma grande operação de despejo na região. O sudoeste do Paraná foi a primeira região do estado onde ocorreram invasões de terra em 1985 e, desde aquela época, o governo do Paraná vem afirmando que as invasões são feitas por famílias de catarinenses que atravessam a fronteira. Durante a entrevista, convocada especialmente para anunciar a invasão, o secretário de Segurança afirmou que a secretaria vai aproveitar a presença de tropas na região para realizar uma operação de despejo nas 14 áreas invadidas por 1 mil e 500 famílias. "O Conselho da Magistratura determinou o envio de tropas para estes despejos. Se isso não acontecer, correremos o risco de intervenção federal no Paraná. Já existe até mesmo pedido de um proprietário de terra neste sentido tramitando na Justiça", afirmou o secretário. A denúncia da invasão premeditada dos catarinenses foi interpretada pelo coordenador do Movimento dos Sem-Terra do Paraná, Roberto Baggio, como "balão de ensaio". Segundo ele, a polícia do Paraná está tentando justificar a ação de despejo das 1 mil 500 famílias. Em todo o estado, estão registradas 3 mil e 500 famílias acampadas e perto de 2 mil se encontram em áreas particulares. O secretário de Segurança afirmou que as famílias despejadas no dia 20 serão levadas para uma área de 226 hectares na região de Renascença, no sudoeste, que o governo está tentando obter com um fazendeiro. (JB - 12/11/87)

COLONOS DA FAZENDA ANNONI VAO À JUSTIÇA APOIAR PADRE

Mais de 50 colonos remanescentes do acampamento da fazenda Annoni foram ontem à 8ª Vara Federal dar apoio ao padre ortodo-

xo belga Guy Albert Stephane Leroy, enquadrado na Lei de Estrangeiros (Lei 6815/80) pela Justiça Federal "por ter usado termos agressivos contra as autoridades instituídas", durante os conflitos dos agricultores no ano passado. Ao final da audiência, a procuradora Vera Michels, que se limitou a fazer três perguntas, protestou contra as declarações do jornalista Carlos Wagner, testemunha que respondeu a todas as perguntas da advogada de defesa Maria Luíza Fontoura. Para a procuradora, as declarações da testemunha de acusação "nada tinham com o delito cometido pelo padre", que foi enquadrado na Lei de estrangeiros - que proíbe atividades políticas de estrangeiros no país. Guy Leroy não deverá ser expulso porque é casado com uma brasileira e tem dois filhos. No entanto, poderá ser condenado a até três anos de reclusão ou pagar uma multa ou ser proibido de dar entrevistas. (JB - 13/11/87)

Igrejas

CNBB DIZ QUE D. EUGÊNIO NÃO PODE IMPOR TEXTO

O coordenador da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre Dagoberto Boim, disse ontem em Brasília que o arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, não pode impor a adoção de sua cartilha sobre o negro, tema da campanha do próximo ano. Segundo ele, da mesma forma, a CNBB também não pode impor que as dioceses sigam a orientação do documento que produziu. Ou seja: pastoral e diocese têm autonomia para adotar o material que considerarem necessário. Padre Boim afirmou que a CNBB não intervirá na discussão sobre o material a ser adotado pela arquidiocese do Rio. Ele disse que a questão deverá ser superada pela arquidiocese, embora acredite que o impasse possa gerar um certo "mal estar" entre o arcebispo e os agentes de pastorais negros. A questão

do negro é o tema da campanha da fraternidade do próximo ano que mereceu da arquidiocese do Rio a produção de material próprio, que prioriza a miscigenação e a integração racial. Os agentes pastorais negros optaram pela campanha da CNBB, mais próxima às reivindicações dos movimentos negros e recusaram o material produzido pela arquidiocese. O frei Davi Raimundo dos Santos, do Movimento de Padres, Seminaristas e Religiosos Negros, considerou "extremamente sadio" o "conflito". Sobre as conseqüências deste confronto, frei Davi não soube dizer se ele criará um "conflito entre negros e brancos, pois isso não depende do povo negro". "Quem tem o poder de instaurar este conflito é somente aquele que tem sobre seu controle todos os bens de produção produzidos pela população negra no Brasil. A continuarem os péssimos salários e o fato de que o negro, mesmo com um curso superior, ganhe menos que o branco, o conflito será instaurado", afirmou. O bispo da igreja católica da região de São Miguel Paulista (zona leste de São Paulo), d. Angélico Sândalo Bernardini, afirmou considerar "a arquidiocese do Rio tem autoridade para elaborar o seu subsídio". Disse que "seria conveniente" que os agentes pastorais do Rio seguissem a cartilha elaborada lá. O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, acha não ser conveniente "transformar numa guerra uma Campanha da Fraternidade". (FSP - 4/11/87)

ERADE ATUA NA BAIXADA FLUMINENSE

Líder e integrante da coordenação do Movimento de Padres, Seminaristas e Religiosos Negros que atua no Rio de Janeiro, em especial na Baixada Fluminense, frei David Raimundo dos Santos, lançou, recentemente, a idéia da realização de um plebiscito para que a população de Duque de Caxias, pudesse optar pela troca do nome da cidade. Seu argumento era o de que a população local, pobre e negra em sua maioria, deveria questionar a atuação do comandante das tropas brasileiras na Guer-

ra do Paraguai que, segundo ele, colaborou em muito para uma considerável redução do contingente de negros do País. No ano passado, ele ignorou os apelos de d. Eugênio Salles e promoveu um encontro de padres, seminaristas e religiosos negros. E, também, encontros da população com candidatos negros ao Congresso constituinte, fazendo-os assinar documento em que se comprometiam, caso eleitos, a lutar, entre outros pontos, pelo fim de qualquer discriminação. (FSP - 4/11/87)

PARA A ENTIDADE, A DECISÃO TOMADA NO RIO É "LEGÍTIMA"

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não impõe qualquer restrição e até incentiva que as dioceses dos Estados desenvolvam textos próprios para a Campanha da Fraternidade, a partir do tema que ela define para o trabalho pastoral de cada ano. Esta afirmação foi feita ontem, em São Paulo, pelo secretário-geral da CNBB, d. Antonio Celso Queiroz que considerou legítima a decisão do arcebispo d. Eugênio Salles de elaborar um texto próprio sobre a situação do negro no Brasil. "É muito mais uma questão de enfoque, de linguagem, do que de conteúdo. Se a diocese decidiu fazer seu próprio material certamente é porque acredita que os demais textos não refletem a realidade do seu Estado", disse d. Antônio. No entanto, preferiu não comentar o material produzido pela Comissão de Religiosos, Seminaristas e Padres Negros do Rio, que preparou uma cartilha, coordenada por frei David Raimundo Santos, que teria motivado a proibição de d. Eugênio. Nesta cartilha há críticas aos "falsos heróis que contribuíram para o massacre do negro no Brasil", entre eles a princesa Isabel, o duque de Caxias, Rui Barbosa e o bandeirante Domingos Jorge Velho. "O material pastoral, utilizado nas celebrações, tem que ser obrigatoriamente o que resulta de comunhão com o bispo. Não pode ofender a

fé e criar diferenças", afirmou. Antônio. A CNBB, no entanto, incentiva a produção de textos e outros tipos de manifestações sobre o tema de cada ano da Campanha da Fraternidade. Essas manifestações, segundo ele, não são consideradas oficiais e nem são proibidas. A proibição de materiais que não forem produzidos pela diocese do Rio de Janeiro não deve atrapalhar o trabalho pastoral avançado que já vem sendo desenvolvido no Estado, em favor da emancipação do negro, segundo afirma o padre Wilson de Oliveira Salles, o padre Sabó, representante do Grupo de União e Consciência Negra da região episcopal de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo. "Não será a proibição de d. Eugênio, numa postura reacionária, que irá impedir o avanço da discussão que já ganhou as periferias da cidade, os morros e os municípios mais pobres", disse. (FSP - 4/11/87) ¹⁷

DOCUMENTOS ADOTAM

ENFOQUES DIFERENTES SOBRE PASSADO

A comparação entre alguns trechos das duas cartilhas revela a existência de diferentes enfoques sobre questões específicas:

Escravidão

"Embora não deixasse de ser (a escravidão), em muitos aspectos, desumana e, da parte de muitos senhores, sumamente cruel, não deixava de ter um lado humanizante próprio do temperamento português." (texto da Arquidiocese do Rio).

"O mito da democracia racial procura esconder as desigualdades existentes entre brancos e negros apelando para uma leitura a-histórica, romântica e abstrata do período escravagista, para a 'cordialidade nata' dos brasileiros." (texto da CNBB).

Miscigenação

"(A escravidão) facilitou uma grande miscigenação das raças dando início à enorme

população mestiça - os mulatos". (Arquidiocese do Rio).

"Escravas negras eram transformadas em parceiras sexuais dos senhores e de seus filhos, povoando engenhos, fazendas e casas senhoriais com uma numerosa prole ilegítima, igualmente escrava ou furtivamente alforriada". (CNBB).

Cultura

"Se porém o povo escravizado era de padrão cultural inferior ao do dominado, passava a constituir um grupo marginalizado, oprimido, que aos poucos perdia sua identidade cultural. Foi este o fenômeno que ocorreu com os índios e os negros na América". (Arquidiocese do Rio).

"No universo cultural construído ideologicamente como europeu e branco, os traços negros são todos como subcultura e expressões do exótico". (CNBB).

O papel da Igreja

"Um deles (casos de preocupação da Igreja) era a vida dos escravos nas fazendas dos jesuítas. Nelas os negros encontravam um ambiente cuja organização, estruturação material e catequese representavam a única experiência possível na época para educar, promover o negro e integrá-lo na vida social". (Arquidiocese do Rio).

"Não obstante as vozes proféticas e a despeito as boas intenções subjéivas, a Igreja, em geral, desempenhou nas Américas um papel que implicava na legitimação da colonização e suas práticas, entre as quais a escravidão. Leigos e religiosos, teólogos e hierarquia hecgeram a justificar a escravidão e dela usufruíram". (FSP - 4/11/87)

OUTRAS

CUT DENUNCIA SEVÍCIA EM MACEIÓ

O secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Adelmo dos Santos, disse que o mecânico Rubens Félix, militante do PT, foi seviciado e posto no pau-de-arara antes de ser transferido para o Instituto Penal São Leonardo, para denunciar os companheiros que viraram e incendiaram uma viatura da polícia, na semana passada, durante revolta popular pelo assassinato do presidente do diretório municipal do PT de Cajueiro, João Ribeiro, de 31 anos. O secretário-geral da CUT pediu audiência ao governador Fernando Collor (PMDB) para denunciar a violência policial e a conivência dos delegados de polícia da região com as arbitrariedades praticadas pelos seguranças contratados pela direção da usina Capricho, pertencente à família do presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), José Ribeiro Toledo Filho. João Ribeiro foi morto com quatro tiros, à traição, disparados pelo vigilante José Inácio e pelo chefe do setor de segurança da usina, Geraldo Lins, o Marajá, ambos pistoleiros com mais de cinco crimes impunes nos últimos quatro anos. A polícia prendeu Geraldo, mas depois o liberou, causando a revolta dos operários que desejavam linchá-lo. - Foi tudo premeditado. Antes de matar o companheiro João Ribeiro, o chefe da vigilância desarmou seu primo, Carlos Ribeiro, que também é da segurança, sob o pretexto de que sua arma deveria ir para reparo. Mas foi só para evitar uma reação do parente. Depois, deu dois tiros e mandou o vigilante de nome José Inácio completar o serviço, quando Ribeiro batia o ponto de saída do emprego na usina Capricho. O crime foi político - disse Adelmo dos Santos. Ribeiro era o maior líder na área canavieira do estado e, sozinho, no

mês de agosto, comandou uma greve que paralisou a usina Capricho. Antes, havia se desentendido com a direção da usina, que indicou aos operários a chapa 1 para a Federação, mas Ribeiro, sem acatar a recomendação, apoiou a chapa 2 e ainda denunciou o esquema do atual presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, José Fernandes, que se mantém no cargo há 10 anos e nunca comandou uma reivindicação da categoria. O secretário da CUT disse que vai pedir à direção nacional do PT para vir a Maceió ou indicar um representante, a fim de apurar as denúncias de sevícias sofridas pelo mecânico Rubens Félix. - Mais de 600 pessoas viraram e incendiaram o carro da polícia. O Rubens, sozinho, não poderia ter feito a manifestação. Mas só ele, que já é visado pela usina, foi preso e, pelo que estamos sendo informados, foi colocado no pau-de-arara para apontar os nomes das outras pessoas que participaram da manifestação, muitas das quais sequer são filiações ao PT e somente se insubordinaram devido à barbaridade do crime - acrescentou. (JB - 13/11/87)

CAIADO É ATACADO COM OVO PODRE EM PROTESTO QUE TEVE ATÉ TIRO

Desde que assumiu o comando dos proprietários rurais na guerra contra a reforma agrária, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, nunca havia enfrentado um conflito como o que ocorreu na noite de quinta-feira passada em Cuiabá. Ele foi recebido com palavrões, gritos de "assassino" e ovos podres por manifestantes do PT, PC do B, PMDB, DCE da Universidade Federal de Mato Grosso e, pela Igreja, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). Com o terno todo sujo de ovo, Caiado conseguiu

entrar na Câmara de Vereadores, onde receberia com outros agraciados a Ordem do Mérito Legislativo, sob proteção da tropa de choque de seguranças e militantes da UDR. Um deles, delegado de polícia, teve o nariz quebrado e foi um dos três feridos pelos manifestantes, que só não invadiram a Câmara porque um pelotão de 30 soldados da PM isolou a entrada do prédio. Terminada a solenidade, Caiado recusou-se a sair pela porta dos fundos. "Somos como cavalo de raça; morremos de pé, não deitados", disse antes de enfrentar novamente, com a proteção de um círculo de seguranças à sua volta, a ira dos manifestantes. Quando o presidente da UDR atravessava o jardim sob a segunda chuva de ovos da noite, foi disparado um tiro. Ninguém foi atingido e a PM não apurou de onde partiu o disparo. Depois do conflito, em reunião com 500 produtores rurais num hotel-fazenda, Caiado discursou e acusou o prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, de ter organizado a manifestação.

"Isso que aconteceu aqui foi orquestrado pelo sr. Dante de Oliveira. Este homem não tem moral, é reconhecido nacionalmente como um corno e nunca tomou uma atitude. O mais grave é que ficou caracterizado que, além de corno, é um covarde, um cafajeste, um homem que não merece respeito nem ser prefeito de Cuiabá;" Procurador ontem de manhã, o prefeito Dante de Oliveira não quis receber jornalistas. Através da Secretaria de Comunicação, mandou dizer que não responderia a Caiado "para não baixar o nível", mas poderia processar o presidente da UDR. O assessor jurídico do Cimi, Elcio Correa Gomes, que participou da manifestação, garantiu que o tiro ouvido no tumulto da noite de quinta-feira foi disparado "por um segurança da UDR, um dos que estavam vestidos de preto e branco, como os fascistas de Mussolini." Elcio negou que o prefeito Dante de Oliveira tenha fretado ônibus para levar os manifestantes. (JB - 14/11/87) 12